Feriados. O governo Lula (PT) publicou nessa qui (28) portaria em que define os días de feriado facultativo para servidores federais em 2024. Os funcio ligados à administração pública federal terão gratio feriados, sendo que um cai em um domingo e três pa sábado, e oito pontos facultativos. Dos demais, três caem semana, às guartas-feiras, como Dia do Trabalhader, Natal e Dia da Consciência Negra, que será feriado nacio primeira vez em 2024, em 20 de novembro.

## Haddad anuncia medidas para evitar perda de arrecadação

Ministro da Fazenda anunciou três iniciativas: reoneração gradual da folha de pagamento, limite de compensação tributária e mudanças no Perse

Com a meta de zerar o déficit primário em 2024, o mi-nistro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), anunciou nessa quinta-feira (28) três novas medidas econômicas para evitar perda de arrecadação e reforçar o caixa da União no reforçar o caixa da União no próximo ano. O pacote fará parte de uma medida provisó-ria (MP), que entrará em vigor após a publicação, que deve acontecer ainda em 2023. Faz parte do plano a reone-ração gradual da folha de pa-comento, por atividade com-

gamento por atividade como alternativa à prorrogação do beneficio integral até dezem-bro de 2027. Uma vez publicada, a MP revogará a lei que renova a desoneração da folha promulgada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), conforme publica-ção no Diário Oficial da União

Outra medida anunciada por Haddad limitará a com-pensação tributária feita por empresas por meio de decisões judiciais. A Fazenda ainda pre-vê alteração na lei do Progra-ma Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), que oferece beneficios para empresas aéreas e ligadas ao entretenimento.

De acordo com o secretário especial da Receita Fede-ral, Robinson Barreirinhas,



Pacote fará parte de uma medida provisória que deve ser editada pelo governo ainda em 2023

o conjunto de medidas permitirá a compensação do rombo de R\$ 12 bilhões que seria gerado pela desoneração de folha de pagamento. Isso porque a reoneração gradual deve gerar economia de R\$ 6 bilhões e as alterações no Per-se devem representar mais RS 6 bilhões de economia.

O plano de Fazenda tem o objetivo compensar a renún-cia fiscal com a manutenção da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia até dezembro de 2027, após o veto do presidente Lula (PT) ter sido derruba-do pelo Congresso. "Estamos encaminhando ao Congresso

uma reoneração gradual, está sendo analisado setor a setor, vão ter oportunidade depois de conhecer o texto. Reone-ração gradual, não necessa-riamente volta 20% de cota patronal, pode ficar abaixo disso e ficará abaixo em al-guns casos", disse Haddad. O benefício da desoneração

da folha foi criado em 2011, no governo Dilma Rousseff (PT), e teve sucessivas prorrogações. A medida permite o pagamen-to de alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários

para a Previdência.

Entre os 17 setores da economia beneficiados está o de

comunicação. Também são contemplados os segmentos de calçados, call center, con-fecção e vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, entre outros.

Nas contas do Ministério da Fazenda, a extensão da desone-ração da folha drenaria R\$ 12 bilhões anuais aos cofres públicos. O ministro chegou a de-clarar que o governo recorreria à Justiça para que a lei fosse considerada inconstitucional, mas dias depois afirmou que o Executivo iria tentar avançar com a alternativa legal antes de buscar o "remedio judicial" Haddad disse que agora será testado "um ingrediente novo", que pode ser um "caminho insante, sobretudo para em pregabilidade de população de mais baixa renda."

mais baixa renda."

A reoneração parcial vai considerar a atividade principal de cada empresa por meio da Classificação Nacional de Atividades Econôminal de Atividades Económi-cas (CNAE). Ao apresentar a medida de compensação tri-butária, Haddad mencionou a chamada "tese do século" do Supremo Tribunal Federal (STF), que trata da exclusão do ICMS da base de cálculo do

## Exército tenta esconder informação sobre pagamento de bônus

O Exército pagou R\$ 4.8 milhões durante 2023 em bônus por desempenho institucional que envolve, entre outros pontos, "con-tribuir com o desenvolvi-mento sustentável e a paz social". Mesmo com desempenho abaixo do esperado em 2022 para esse ponto, 86% alcançados, quando a meta era 100%, a Força pagou gratificações de cerca de R\$ 1.000 a R\$ 5.600 para 1.903 servidores civis.

1.903 servidores civis.

O valor estava sob sigilo e somente foi liberado após determinação da Controladoria-Geral da União (CGU), em recurso apresentado pela Folha de S.Paulo em pedido basea-do na Lei de Acesso à In-formação. Para calcular o bônus, o Exército também avaliou os resultados para "dissuasão extrarregioavaliou os resultados para 
dissuasão extrarregional", "ampliar a projeção 
do Exército no cenário internacional" e "aperfeiçoar 
o sistema de ciência, tecnologia e inovação".

Apenas no objetivo liga-

do à dissuasão extrarregio-nal o Exército considera que ultrapassou a meta. Nesse item, os militares avaliam o "indice de operaciona-lidade da força terrestre". Sobre esse item, informou que "contribuíram positi-vamente para esse resulta-do a eficácia na prontidão, a prontidão logística e o efetivo existente nas brigadas"

O pagamento de cada servidor considerou notas individuais e o resultado institucional do Exército institucional do Exército de 2022. No ano, a atuação das Forças Armadas ficou marcada pelo alinhamento ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), por exemplo, ao alimentar teses golpistas contra as urnas eletrônicas. Cada item tem fatores diferentes que são levados em conta para apontar se a em conta para apontar se a

em conta para apontar se a meta foi ou não alcançada. No caso do objetivo que trata da paz e do desen-volvimento sustentável, o Exército disse que o "obje-tivo foi mensurado a partir do cumprimento de opera-ções de cooperação e coor-denação com agências na-cionais, nas quais incluem cionais, nas quais incluem participação em programas sociais e ações subsidiá-rias". A Força afirmou que "a quantidade de participa-ções do Exército Brasileiro nessas ações foi um pouco inferior ao esperado, o que resultou no desempento de resultou no desempenho de

85,57% do indicador".

A reportagem solicitou em fevereiro de 2023 os dados sobre quais fatores fo-ram avaliados para definir cada nota e quanto seria pago de bônus. O órgão escondeu as informações até ser obrigado pela CGU a re-velar os dados, após seguidos recursos do jornal

PUBLICIDADE LEGAL: (85) 3033.7519